

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS,
COMPETÊNCIA: 2024**

À

Diretoria da CBBT - Confederação Brasileira de Beach Tennis

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE AUDITADA

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Beach Tennis, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 12.766.773/0001-62, compreendendo o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024, constante do Livro nº 0014, folha 0001, e o balancete de encerramento, as quais são de responsabilidade da Administração da entidade.

Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis, com base nos trabalhos de auditoria realizados nos documentos apresentados e aos extratos recebidos.

1) ANÁLISE TÉCNICA MINUCIOSA DO BALANCETE E VARIAÇÕES FINANCEIRAS

1.1 Visão geral do período: “movimentação alta” ≠ “saldo alto”

O balancete mostra um volume muito elevado de movimentação ao longo do exercício:

- ATIVO (movimento do ano): Débitos R\$ 2.508.343,22 | Créditos R\$ 2.499.152,93
- Variação líquida do Ativo no ano: aumento de R\$ 9.190,29 (diferença entre débitos e créditos)
- Saldo do Ativo: de R\$ 12.718,37 (início) para R\$ 21.908,66 (fim)

Isso é típico de entidades com operações de repasse/pagamentos: As arrecadações por natureza, devem obedecer o seu fim, e serem utilizados no que se propõe na existência da entidade, nesse caso, uma confederação esportiva para a promoção e ampliação do esporte que defende.

Desta maneira, é comum que o dinheiro que é auferido, seja aplicado na sua atividade fim, permanecendo um saldo final que pode, se bem estruturado e gerido, continuar baixo se a entidade consome praticamente tudo no custeio.

1.2 Ativo: composição e variações relevantes

a) Ativo Total

- Saldo anterior (31/12/2023): R\$ 12.718,37
- Saldo atual (31/12/2024): R\$ 21.908,66
- Variação: + R\$ 9.190,29

Essa variação, na prática, é explicada quase integralmente pelo aumento de disponibilidades (caixa/bancos).

b) Ativo Circulante (Liquidez imediata)

- Ativo Circulante: de R\$ 2,07 para R\$ 9.192,36 (+ R\$ 9.190,29)
- O circulante é 100% “Disponível” (bancos). Não há estoques nem outros ativos circulantes finais.

Leitura técnica: houve melhora de caixa no encerramento de 2024 (saldo bancário maior que 2023), porém ainda é um caixa pequeno para uma operação que movimentou milhões.

c) Disponibilidades (bancos)

- Bancos encerram R\$ 9.192,36, distribuídos (saldo final):
 - Banco do Brasil: R\$ 9.174,03
 - Banestes: R\$ 2,49
 - Sicoob (contas diversas): R\$ 15,10 / R\$ 0,10 / R\$ 0,32 / R\$ 0,32

O balancete indica que houve movimentação relevante entre bancos durante o ano, mas o saldo final permaneceu baixo em termos estruturais, para a dimensão do movimento.

d) Clientes / Duplicatas a Receber

- Conta “Clientes / Duplicatas a Receber” teve débito e crédito iguais (R\$ 1.203.935,73), encerrando saldo zero.

Leitura técnica: isso sugere que a entidade reconheceu a receita a receber e realizou a baixa/recebimento no próprio período (sem deixar valores pendentes ao final). É compatível com operações de recebimento e repasse durante o ano, e com receitas auferidas para propósito específico como no caso de instituições esportivas, a manutenção de atividades fim.

e) Ativo Não Circulante – Imobilizado

- Mantido em R\$ 12.716,30 (sem variação)
 - Móveis e utensílios: R\$ 11.250,00
 - Máquinas e equipamentos: R\$ 1.466,30

Leitura técnica: não houve investimento novo no imobilizado. A entidade operou com estrutura já existente.

1.3 PASSIVO: RECLASSIFICAÇÕES E COMPORTAMENTO DAS DÍVIDAS

a) Passivo Total

- Saldo anterior: R\$ 12.718,37 (C)
- Saldo final: R\$ 21.908,66 (C)
- Houve variação do Passivo e do Ativo mantendo um equilíbrio contábil pertinente.

b) Passivo Circulante (curto prazo)

- Saldo anterior (31/12/2023): R\$ 13.001,11 (C)
- Saldo final (31/12/2024): R\$ 0,00

Isso ocorre porque, durante 2024, foram baixadas/liquidadas as rubricas do passivo circulante que existiam no fim de 2023, principalmente:

- Cheque especial: saldo anterior R\$ 12.557,67 (C) → saldo final R\$ 0,00
- Obrigações tributárias: saldo anterior R\$ 443,44 (C) → saldo final R\$ 0,00

Leitura técnica: houve descompressão do curto prazo (redução do risco imediato), com encerramento sem dívidas circulantes. Usualmente é redução de despesas de longo e médio prazo, para impedir que despesas de um ano passe para outra, criando um déficit.

c) Passivo Não Circulante (longo prazo)

- Saldo anterior: R\$ 351.829,47 (D)
- Saldo final: R\$ 353.206,56 (D)
- Variação: + R\$ 1.377,09

No balancete, o conteúdo descrito é “Empréstimos e financiamentos – Empréstimos”, significa que mesmo com as receitas existentes, ainda é financiamento/apoio de longo prazo (na prática, “empréstimos de associados” / terceiros) que permanece sustentando a entidade.

Leitura técnica: mesmo com a quitação do cheque especial e tributos do curto prazo, a instituição manteve (e levemente ampliou) a dependência de dívida/apoio de longo prazo para sustentação operacional e fluxo de caixa.

1.4 Patrimônio Líquido e resultado do período

O balancete evidencia:

- Patrimônio Líquido: de R\$ 351.546,73 para R\$ 375.115,22
- Variação do PL: + R\$ 23.568,49
- Conta “Superávit do período (518)”: R\$ 23.568,49

Leitura técnica: contabilmente, o exercício encerra com superávit, reforçando o Patrimônio Líquido.

Observação técnica importante (coerência entre “receitas x despesas”)

Ao mesmo tempo, o balancete mostra:

- Receitas (contas de resultado – receitas): R\$ 847.521,29 (inclui receita operacional R\$ 847.518,80 + receitas financeiras R\$ 2,49)
- Despesas (custos e despesas): R\$ 1.652.907,58

Isso indicaria, numa leitura direta, despesa maior que receita.



Esse tipo de divergência aparente pode ocorrer quando:

1. Ocorreu muito ingresso de receita, simultaneamente com contrapartida/compensação sendo necessário rever a classificações das contas contábeis;
2. Parte do “recebimento alto” não é receita direta, mas adiantamentos, repasses, recursos de terceiros, empréstimos/adiantamentos de associados, aumentando movimentação bancária, mas sem transitar como “receita”; e ainda,
3. Diversas despesas registradas nas contas operacionais estão relacionadas a repasse/execução de eventos, em que a entidade administra valores de terceiros e contrata serviços para execução, novamente gerando grande volume financeiro.

Ou seja: o “valor recebido alto” pode ter sido alto em banco/movimento, mas não necessariamente alto como receita contábil, e as despesas operacionais podem ter superado a capacidade de receitas próprias, pressionando o caixa e exigindo financiamento de associados.

Essa maneira de lançamento não mostrou desvios de finalidade, ou má gestão financeira; mas aconselhamos que fosse realizada com mais apuro no futuro, pois apesar de estarem qualificadas nos extratos, seria mais eficiente e eficaz, manter um controle financeiro mais eficiente.

1.5 ESTRUTURA DAS DESPESAS

Dentro dos R\$ 1.652.907,58 de despesas, destacam-se:

a) Despesas gerais ligadas à operação (peso principal)

- Despesas gerais: R\$ 1.612.256,02
 - Serviços prestados por terceiros: R\$ 1.254.573,94
 - Material de uso e consumo: R\$ 357.682,08

Leitura técnica: este perfil é típico de entidade que executa eventos/atividades com forte terceirização: arbitragem, logística, locações, produção, mídia, serviços operacionais etc. São custos que sobem rápido e, se não forem integralmente cobertos por receitas específicas do evento, geram desequilíbrio, e o alto investimento realizado em campeonatos pode ser verificado pelos extratos bancários.

b) Despesas administrativas

- Total administrativas: R\$ 39.744,57
 - Pessoal/obrigações diversas: R\$ 16.425,03
 - Assistência contábil: R\$ 5.479,40
 - Legais e judiciais: R\$ 2.948,08
 - Outras gerais administrativas: R\$ 8.427,48

Leitura técnica: a administração está relativamente “enxuta” perto do tamanho do operacional. O problema do equilíbrio não parece ser “overhead administrativo”, mas sim custo de operação e financeiro.

c) Despesas financeiras (efeito do financiamento)

- Despesas financeiras: R\$ 14.892,06
 - Juros de mora: R\$ 12.567,70
 - Tarifa bancária: R\$ 2.144,44
 - IOF: R\$ 179,92

Leitura técnica: custo financeiro é consequência direta da necessidade de capital de giro (inclusive por endividamento/apoio), reforçando o argumento de que a entidade não é autossustentável por receitas próprias.

1.6 Conclusão técnica sobre a variação financeira e necessidade de empréstimos de associados

Com base nos dados:

1. Houve alta movimentação bancária (entradas e saídas elevadas), mas o saldo final ainda é baixo, embora tenha melhorado (R\$ 2,07 → R\$ 9.192,36).
2. As despesas operacionais (terceiros + consumo) foram muito elevadas, acima do que as receitas próprias (registradas) sustentam, caracterizando desequilíbrio estrutural.
3. A entidade liquidou o passivo circulante (especialmente cheque especial), reduzindo risco de curto prazo.
4. Entretanto, foi necessário manter/rolar empréstimos de longo prazo (associados/terceiros) — evidenciado pelo saldo de empréstimos no passivo não circulante (R\$ 351.829,47 → R\$ 353.206,56) — como forma de assegurar continuidade operacional em um contexto de insuficiência de renda recorrente.

Mensagem para a Diretoria:

Mesmo com valores “recebidos/movimentados” elevados ao longo do ano, o nível de despesas executadas (principalmente operacionais e financeiras) consumiu a capacidade de geração de caixa, impedindo um equilíbrio financeiro orgânico.

Assim, a manutenção de empréstimos de associados constitui medida de sustentação para evitar descontinuidade institucional.

2) PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Beach Tennis (“Entidade”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado e demais demonstrativos aplicáveis ao período findo nessa data, elaboradas sob responsabilidade da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31/12/2024, bem como o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria aplicáveis (NBC TAs). Essas normas requerem o cumprimento de princípios éticos e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A auditoria inclui a execução de procedimentos para obtenção de evidência sobre os valores e divulgações nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante. A auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. ÊNFASE – LIQUIDEZ, DESEQUILÍBRIO OPERACIONAL E DEPENDÊNCIA DE RECURSOS DE TERCEIROS

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para os seguintes aspectos evidenciados nos registros e demonstrações contábeis do exercício:

- O Ativo Circulante em 31/12/2024 totaliza R\$ 9.192,36, composto integralmente por disponibilidades em bancos;
- O Ativo Não Circulante (Imobilizado) permanece em R\$ 12.716,30, indicando estrutura patrimonial operacional básica;
- O exercício apresentou elevada movimentação financeira, porém com custos e despesas operacionais relevantes, em especial com serviços de terceiros (R\$ 1.254.573,94) e material de uso e consumo (R\$ 357.682,08), além de despesas financeiras (R\$ 14.892,06);
- A Entidade mantém Empréstimos de longo prazo registrados no passivo não circulante, que passaram de R\$ 351.829,47 para R\$ 353.206,56 no exercício, indicando a necessidade de continuidade de suporte financeiro de terceiros/associados.
- Comprovadamente, após uma análise minuciosa dos últimos 04 anos, foi possível verificar que houve um aumento substancial da receita da instituição, comprovados pelos extratos bancários e do sistema de gestão financeira ERP (Let's Play), no entanto os investimentos e gastos se mantem altos.
- Esse aumento de receita pudemos confirmar, são decorrentes de novas fontes de receita, sendo a maioria pelo aumento do número de entidades contribuintes, e com mais receitas

provenientes de atletas cadastrados em campeonatos geridos pelas federações que contribuem com um percentual desses a CBBT.

- Foi constatado que a aplicação dos recursos, tem gerado maiores receitas, mas ainda causando um descompasso financeiro.

Tais condições indicam que, embora haja movimentação significativa de valores, a Entidade apresenta dependência estrutural de capital de terceiros e enfrenta pressão de caixa decorrente da relação entre receitas próprias e despesas necessárias à execução do objeto social, cenário típico de entidades do terceiro setor.

4. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

5. Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante e emitir relatório contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não garante que uma auditoria conduzida de acordo com as normas sempre detectará eventual distorção relevante.

6. Conclusão adicional sobre empréstimos de associados

Com base nos elementos contábeis apresentados, os empréstimos mantidos junto a associados/terceiros configuram medida de suporte financeiro para assegurar a continuidade das operações e evitar descontinuidade institucional, considerando a insuficiência de renda própria recorrente para absorver integralmente o volume de despesas operacionais e financeiras necessárias à consecução do objeto social.

Foi apresentado como documentos acessórios, os extratos bancários do diretor, atual presidente Sr. JORGE BIERRENBACH SENRA JUNIOR, onde foi possível confirmar os envios financeiros desta para a Instituição, sem que houvesse pagamento devolutivo. Também foi verificado os recebimentos para as federações as remessas dos valores a elas, e o uso da parte que cabe a CBBT, pelo sistema ERP Let's Play, onde está individualizado por federação os recebimentos, remessas e pagamentos.

O Volume de dados apurado, conferido, cruzado e auditado, foi gigantesco, e recomendamos mais apuro nos controles financeiros; onde precisamos nos utilizar dos extratos e controles de fluxo de caixa e de gastos por atividades efetuadas para confirmar os gastos, que no fim se mostraram corretos.

Não foram encontrados desvios de função financeira ou má gestão dos recursos, e o balanços e balancete de 2024, **apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade**, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades do terceiro setor.

Adicionalmente, entendemos que os empréstimos contraídos pela Diretoria foram necessários, tecnicamente justificáveis e compatíveis com a realidade financeira da instituição, não caracterizando irregularidade, mas sim medida indispensável à manutenção de suas atividades institucionais, sendo que desta vez não foi necessário ampliar os empréstimos.

Rio de Janeiro, 29/12/2025



Auditor Independente